



## Cristiane Brasil é alvo de operação da Polícia Federal contra fraudes no Ministério do Trabalho

PF cumpriu nesta terça (12) segunda fase da Operação Registro Espúrio, que investiga suposta organização criminosa que teria cometido fraudes na concessão de registros de sindicatos. Deputada disse que recebeu operação com 'surpresa' e espera ter o 'nome limpo'.



Cristiane Brasil é investigada em ação contra fraudes em registros sindicais

A Polícia Federal (PF) deflagrou, nesta terça-feira (12), a segunda fase da Operação Registro Espúrio para aprofundar investigações sobre suposta organização criminosa que teria cometido fraudes na concessão de registros de sindicatos pelo Ministério do Trabalho. O alvo desta fase da operação é a deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ).

Por meio de sua assessoria, a deputada disse que recebeu os “procedimentos investigativos com surpresa, pois não tem papel nas decisões tomadas pelo Ministério do Trabalho”. “Espero que as questões referentes sejam esclarecidas com brevidade e meu nome limpo”, disse a parlamentar.

A partir do material apreendido na primeira fase da operação, a PF chegou até a deputada. Em análise de conversas de WhatsApp do funcionário do Ministério do Trabalho Renato Araujo Júnior, preso na primeira fase, a PF descobriu que foi a deputada quem o indicou para o cargo de chefe no ministério e quem controlava também a aprovação dos registros sindicais.

Esta fase da operação envolve três mandados de busca e apreensão nas residências e no gabinete da deputada em Brasília e no Rio de Janeiro. Os mandados foram autorizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte também autorizou medidas cautelares como proibição de frequentar o Ministério do Trabalho e de manter contato com os demais investigados ou

servidores da pasta.

A primeira fase da Operação Registro Espúrio foi deflagrada no dia 30 de maio e mirou os deputados federais Paulinho da Força (SD-SP), Jovair Arantes (PTB-GO) e Wilson Filho (PTB-PB). Além do presidente do PTB e pai de Cristiane Brasil, deputado cassado Roberto Jefferson; o suplente de deputado Ademir Camilo Prates Rodrigues (MDB-MG); e os senadores Dalírio Beber (PSDB-SC) e Cidinho Santos (PR-MT), atualmente licenciado do mandato.

### **O suposto esquema**

#### **Segundo as investigações da Polícia Federal,**

- os registros de entidades sindicais no ministério eram obtidos mediante pagamento de vantagens indevidas;
- não era respeitada a ordem de chegada dos pedidos ao ministério;
- a prioridade era dada a pedidos intermediados por políticos;
- a operação apontou um “loteamento” de cargos do Ministério do Trabalho entre os partidos PTB e Solidariedade.

A apuração começou há um ano, informou a PF, para investigação de crimes de formação de organização criminosa, corrupção passiva e ativa e lavagem de dinheiro.

De acordo com a PF, as investigações revelaram “um amplo esquema de corrupção dentro da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho, com suspeita de envolvimento de servidores públicos, lobistas, advogados, dirigentes de centrais sindicais e parlamentares”.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o esquema de fraudes nos registros sindicais funcionava em secretarias do Ministério do Trabalho responsáveis pela análise de pedidos de registro.

As fraudes, de acordo com as investigações, incluíam desrespeito à ordem cronológica dos requerimentos de registro sindical e direcionamento dos resultados dos pedidos.

Os pagamentos envolviam valores que, segundo a investigação, chegaram a R\$ 4 milhões pela liberação de um único registro sindical.

### **Quase ministra**

No início deste ano, a deputada Cristiane Brasil foi nomeada pelo presidente Michel Temer para assumir o Ministério do Trabalho. O nome da deputada foi levado ao presidente em uma reunião entre Temer e o pai dela, o deputado cassado Roberto Jefferson.

A nomeação foi parar na Justiça. Um dia antes da posse, o juiz Leonardo da Costa Couceiro, da 4ª Vara Federal Criminal de Niterói, suspendeu a solenidade.

O juiz atendeu ação popular que questionava a nomeação após o G1 revelar que Cristiane Brasil foi condenada a pagar R\$ 60 mil por dívidas trabalhistas com dois ex-motoristas.

A partir desta decisão, a Advocacia-geral da União (AGU) recorreu em todas as instâncias da Justiça para assegurar a posse de Cristiane Brasil no Ministério do Trabalho. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) chegou a autorizar a posse da deputada, mas a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a posse novamente.

O caso foi pontuado por disputas judiciais e polêmicas. No fim de janeiro, Cristiane Brasil chegou a gravar um vídeo em um barco, e em meio a quatro amigos sem camisa, para se defender das acusações nos processos. A gravação circulou nas redes sociais.

Dias depois, a deputada divulgou nota na qual se dizia alvo de “campanha difamatória” que tinha como objetivo impedi-la de tomar posse no Ministério do Trabalho.

No final de fevereiro, mais de um mês depois da indicação da deputada para chefiar o ministério, o governo publicou no “Diário Oficial da União” um decreto que cancelou a nomeação.

Helton Yomura, então secretário-executivo no Ministério do Trabalho, assumiu o comando da pasta como interino, por indicação do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, e, meses depois, foi formalizado no cargo em posse coletiva no Planalto.

Fonte: G1

# Bancários definem reivindicações e entregam pauta aos bancos no dia 13

**Categoria vai lutar por aumento real, manutenção da CCT e dos empregos, em defesa dos bancos públicos. Eleições 2018 e defesa da democracia também ganham protagonismo**



Aumento real para os salários e demais verbas, defesa da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com todos os direitos para todos os trabalhadores da categoria; manutenção da mesa única de negociações entre bancos públicos e privados; dos empregos, com a proibição das demissões em massa. E garantir que nenhum bancário receba PLR menor em 2018.

Essas são algumas das principais reivindicações definidas, no domingo 10, pelos 627 delegados e delegadas eleitos em todo o Brasil, durante a 20ª Conferência Nacional da categoria.

## **Reação contra o golpe**

A pauta da Campanha Nacional Unificada 2018 será entregue à federação dos bancos (Fenaban) na quarta-feira 13. O Comando Nacional dos Bancários levará à Fenaban um pré-acordo para garantir a manutenção de todos os direitos da CCT e dos acordos específicos até a definição das negociações deste ano.

Esta será a primeira campanha da categoria após o golpe, já que em 2016 os trabalhadores

garantiram um acordo de dois anos contra a retirada de direitos autorizada pela reforma trabalhista do governo golpista de Michel Temer. Esse acordo é válido até 31 de agosto de 2018.

Para se defender dessa lei em vigor desde 11 de novembro de 2017, os bancários querem incluir cláusula determinando que contratos de trabalho intermitente, parcial, autônomo, terceirizado, só podem ocorrer se for acordado com o Comando Nacional dos Bancários. O mesmo em relação à contratação de banco de horas ou compensação que deverá ser feita via negociação coletiva.

Também que as homologações realizadas nos sindicatos como forma de defender que os bancários recebam tudo que lhes é devido em caso de demissão.

A pauta também garante que o acordo valha para o trabalhador hipersuficiente. De acordo com nova lei pós-golpe, empregados com nível superior e remuneração acima de duas vezes o teto de benefícios do INSS (que hoje corresponderia a R\$ 11.291) negociariam direto com o patrão, correndo o risco de perder direitos como a PLR.



## **Bancos e a desigualdade**

A categoria conta com 485.719 trabalhadores (de acordo com dados da Rais de dezembro de 2016), mas dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Caged do Ministério do Trabalho, indicam que mais de 40 mil postos de trabalho foram extintos pelos bancos após o golpe.

Isso em instituições que viram o lucro líquido crescer R\$ 20,6 bilhões no primeiro trimestre de 2018, crescimento de 20,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Em 2017, esses cinco maiores (BB, Caixa, Itaú, Bradesco e Santander) lucraram R\$ 77,4 bilhões, alta de 33,5% em 12 meses.

“Isso mostra a centralidade da Campanha Nacional dos Bancários para o país. Os bancos continuam lucrando como sempre, numa das piores crises já vividas pelo Brasil. Um setor que ganha tanto não pode colaborar com o empobrecimento da população brasileira, desempregando tantos trabalhadores, cobrando juros tão altos que inviabilizam o investimento no desenvolvimento nacional”, afirma a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, uma das coordenadoras do Comando.

A dirigente lembra que entre 2016 e 2017, mais de 444 mil pessoas voltaram à condição de pobreza, com renda familiar per capita menor que US\$ 5,5/dia, entre 2016 e 2017. Mais de 1,5 milhões de pessoas estão na condição de pobreza extrema, com renda familiar per capita inferior a US\$ 1,9/dia. “Essa desigualdade é inadmissível!”

## **Trabalhadores e a sociedade**

Diante do quadro pós-golpe, os trabalhadores definiram como pontos centrais da Campanha Nacional Unificada 2018 a defesa dos bancos públicos como BB, Caixa, BNDES, BNB, Basa e das demais estatais (como Petrobras e Eletrobras).

Foram aprovadas resoluções em defesa dessas instituições, a luta em defesa da democracia e das eleições 2018, pela liberdade de Lula que é preso político e seu direito de ser candidato, como pontos estratégicos para os trabalhadores.

“Será nas urnas, por meio da democracia, que o povo trabalhador poderá alterar os rumos que estão levando o Brasil à ruína desde o golpe. Por isso, orientamos o voto em candidatos a presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais que se comprometam com a defesa dos bancos públicos, a revogação da reforma trabalhista, da PEC da Morte que congelou investimentos em saúde e educação

por 20 anos, da terceirização ilimitada, da reforma da Previdência que acaba com o direito à aposentadoria”, ressalta Juvandia. “O movimento sindical bancário sempre esteve à frente da luta em defesa da democracia e de uma sociedade mais justa e igualitária. Este ano não será diferente. Estaremos junto com outros trabalhadores e com movimentos sociais em defesa desse país soberano que está sendo vendido e desmontado. Vamos para as ruas e para os locais de trabalho debater a importância do voto para devolver o Brasil aos brasileiros e ao desenvolvimento com crescimento e justiça social.”

Os bancários aprovaram durante a Conferência, a participação no Dia Nacional de Luta, convocado pelas centrais sindicais para 10 de agosto. Será o Dia do Basta ao desemprego, ao desmonte do Brasil.

A 20ª Conferência Nacional uniu trabalhadores em defesa do patrimônio público, dos bancos públicos, Correios, Petrobrás e Eletrobrás e contou com a participação de representantes de várias entidades sindicais do Brasil, dentre elas, o **Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura Santos.**

Representantes de órgãos de defesa do consumidor, dos trabalhadores eletricitários, petroleiros participaram da 20ª Conferência Nacional. “Vamos fazer parcerias, luta conjunta contra a retirada de direitos, contra as demissões. Os trabalhadores não podem ficar no isolamento.”

## **Contribuição negocial**

Estará na pauta que os bancários entregarão aos bancos a cobrança da contribuição negocial como cláusula da CCT para todos, como mecanismo de participação dos trabalhadores na sustentabilidade dos sindicatos, federações, confederação e central sindical.

“A luta e toda a estrutura das entidades sindicais precisam de recursos para serem mantidas. Desde os departamentos de comunicação, saúde, jurídico, até a organização e mobilização da base durante as campanhas, nada disso se faz sem recursos financeiros. Diante do fim de todas as outras formas de financiamento, com a lei trabalhista do pós-golpe, os delegados aprovaram a inclusão na pauta de reivindicações da categoria de cláusula prevendo a contribuição negocial. Uma única contribuição por um ano de lutas e conquistas”, ressalta Juvandia.

Fonte: Contraf-CUT

# Seguranças de carro-forte renderam assaltante e recuperaram R\$ 7 mil

Além de recuperar o dinheiro, os seguranças desarmaram o menor que ainda tentava atirar contra as pessoas.



O crime aconteceu próximo ao Edifício Santa Rosa Tower, na região do bairro Santa Rosa, na Capital.  
RepórterMT/Reprodução

A Polícia Militar divulgou, neste sábado (09), que seguranças de um carro-forte detiveram assaltante e recuperaram R\$ 7,2 mil roubados do posto de combustíveis da rede Amazônia Petróleo - de propriedade do empresário Júnior Mendonça, delator da Operação Ararath - na Avenida Miguel Sutil, em Cuiabá, no fim da tarde de sexta-feira (8). A ação terminou com um bandido e o gerente da unidade feridos.

De acordo com o 10º Batalhão da PM, a equipe foi acionada para atender a ocorrência, mas quando chegou ao local encontrou populares imobilizando o bandido.

Além de recuperar o dinheiro roubado do gerente do estabelecimento, as testemunhas conseguiram tomar o revólver calibre 38, carregado com cinco munições intactas, e um aparelho celular. A ação foi possível porque um carro-forte de uma empresa de segurança - que passava pela avenida - bateu na moto em que os criminosos fugiam. Em seguida, seguranças

desceram do carro blindado e o imobilizaram. Um dos ladrões conseguiu fugir e ainda não foi encontrado.

Na ação, o gerente do posto, que não teve o nome divulgado, ficou ferido no braço direito. Ele teria tentado sair com uma motocicleta quando percebeu a chegada dos criminosos, no entanto, um dos bandidos percebeu e atirou no funcionário que se desequilibrou e caiu.

A vítima recebeu atendimento médico no Hospital Santa Rosa, onde passou por cirurgia.

O bandido foi encaminhado para a Central de Flagrantes do bairro Planalto na Capital. O caso deve ser acompanhado pelo conselho Tutelar, já que o assaltante é menor de idade.

Fonte: Reporter MT/ RAFAEL DE SOUSA  
DA REDAÇÃO

# Unidas, CUT e demais centrais aprovam Dia Nacional de Luta para 10 de agosto

“Operação Segurança Legal II” fiscaliza empresas de todo o Estado e ocorre em todo o país



A mobilização nacional da classe trabalhadora foi aprovada em ato realizado durante lançamento da Agenda Unitária elaborada pelas 7 centrais que embasará as ações neste período eleitoral

O Fórum das Centrais, formado pela CUT, CSB, CTB, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT, definiu o dia 10 de agosto como Dia Nacional de Luta, com atos e paralisações em todo País.

A data foi divulgada na última quarta-feira (6), em São Paulo, no lançamento oficial da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora, documento que lista 22 propostas para o desenvolvimento do Brasil, com foco na pauta

da classe trabalhadora.

Trabalhadores lendo a agenda prioritária da classe trabalhadora

O documento norteará as ações e mobilizações da classe trabalhadora para o próximo período, em especial no Dia Nacional de Luta da Classe Trabalhadora. Além de ser uma ferramenta de trabalho dos sindicalistas para o debate público, a “Agenda” será entregue para os parlamentares e candidatos para as eleições de 2018.

Todos os presidentes das centrais afirmaram que a unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras torna a luta mais forte e combativa.

“Nós das centrais sindicais estamos apresentando uma proposta de desenvolvimento para o Brasil, que fala da retomada da geração de empregos, do crescimento econômico, da dignidade do trabalhador, da participação do Estado, entre outras”, discursou o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

“O Brasil está paralisado e os trabalhadores têm que ser protagonistas nessas mudanças, porque a classe trabalhadora é quem sofre com todo esse desmonte imposto pelo governo ilegítimo de Michel Temer”, disse Vagner.

Para o secretário-geral nacional da CUT, Sérgio Nobre, a “Agenda” ajudará a CUT e as demais centrais sindicais a levar reivindicações e propostas da classe trabalhadora a toda sociedade e preparar a militância à grande mobilização nacional marcada para 10 de agosto.

“As 22 propostas unitárias contidas no documento traduzem as prioridades da classe trabalhadora, sob o guarda-chuva da democracia e soberania nacional e, por isso, devem ser apresentadas e debatidas em todos os espaços, especialmente, nos sindicatos, nas bases, nos locais de trabalho.”

Sobre a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora

O documento, produzido pelas sete centrais sindicais do País, CUT, CSB, CTB, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT com coordenação técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), reúne 22 propostas discutidas e construídas com unidade do movimento sindical para o crescimento e desenvolvimento do País.

Criar políticas, programas e ações imediatas para enfrentar o desemprego e o subemprego

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

crescentes, revogar a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os investimentos públicos por 20 anos, renovar a política de valorização do salário mínimo, revogar todos os aspectos negativos apontados pelos trabalhadores da Reforma Trabalhista e da Terceirização, que precarizam os contratos e condições de trabalho, assegurar o direito e o acesso ao Sistema Público de Seguridade e Previdência Social são algumas das 22 propostas da CUT e demais centrais para o desenvolvimento do Brasil.

“As eleições de 2018 são uma oportunidade para recolocar o País em outra trajetória de desenvolvimento econômico, social e ambiental. O debate público de ideias e projetos deve subsidiar as escolhas dos eleitores. Os governantes e parlamentares eleitos precisam ter compromissos com transformações que recoloquem o País no rumo de desenvolvimento, com incremento da produtividade, aumento da renda do trabalho, geração de emprego de qualidade, fim da miséria e redução da pobreza”, diz trecho dos desafios da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora.

Mobilização continua na próxima semana

Na próxima semana, as centrais realizarão também a apresentação do documento para os parlamentares do Congresso Nacional, além da entrega aos presidentes da Câmara e do Senado e para líderes partidários.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF